

# O Militante

GES  
PCP

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## FESTEJAR O 50º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO LUTANDO COM ARDOR PELA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

por Sérgio Vilarigues

Há 50 anos, no dia 7 de Novembro (25 de Outubro pelo velho estilo) de 1917, o proletariado russo conduzido pelo Partido Bolchevique — o Partido de Lénine — tomou o poder na imensa Rússia. Este acontecimento sem paralelo na história abalou o mundo capitalista até aos alicerces e encheu de esperança os explorados e oprimidos do mundo inteiro.

Nessa data histórica triunfou a primeira revolução socialista no mundo e constituiu-se o primeiro Estado socialista, que libertou para sempre os operários e camponeses russos da exploração e opressão dos capitalistas e grandes agrários. Ao mesmo tempo, a grande Revolução Socialista de Outubro trouxe aos povos oprimidos e escravizados pela Rússia czarista a verdadeira liberdade nacional. Liberados da opressão nacional constituíram-se em Repúblicas livres e iguais em direitos, formando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Pela primeira vez no mundo a democracia para o povo deixara de ser uma simples figura de retórica. Instaurando a sua ditadura de classe, o proletariado russo assegurava a verdadeira democracia para mais de 90% da população. O povo tomara nas mãos os seus próprios destinos.

Nestes 50 anos de grandes vitórias, de perdas dolorosas e amargas e de erros temporários, a classe operária e os trabalhadores soviéticos, sob a direcção do glorioso Partido Comunista da União Soviética demonstraram plenamente, e de uma vez para sempre, que os trabalhadores são bem capazes de administrar os negócios do Estado, de construir e criar maravilhas para benefício do povo e da Humanidade.

A luta épica do proletariado russo, dirigido

pelo Partido dos bolcheviques com Lénine à cabeça, pelo triunfo da revolução contra as forças ao serviço dos capitalistas e dos grandes agrários e contra a intervenção armada dos bandidos imperialistas de 14 países (Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, etc.), ganhou também a simpatia e admiração do proletariado português. Os ecos dos triunfos do jovem Exército Vermelho provocavam entusiasmo entre os trabalhadores do nosso país e pavor entre a burguesia portuguesa.

Entre o movimento operário revolucionário português ganhou rapidamente corpo a ideia da formação de um partido revolucionário de tipo novo — marxista-leninista. Primeiro foi a Federação Maximalista, com o seu órgão de imprensa, a «Bandeira Vermelha», em 1919-20. Em 1921 era constituído o Partido Comunista Português, com o seu órgão «O Comunista», isto apenas a pouco mais de três anos do dia em que as salvas do cruzador «Aurora» anunciaram ao mundo que uma nova era histórica tinha começado, a era das revoluções proletárias, do triunfo do socialismo, da derrocada do sistema colonial do imperialismo.

Inspirando-se na experiência e no exemplo do P.C.U.S., sempre o Partido Comunista Português tem procurado educar os seus membros no espírito do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, da coesão monolítica das suas fileiras, e orientar a sua acção para a classe operária e as massas trabalhadoras, mobilizando-as e organizando-as para a luta diária pelas suas reivindicações imediatas, pelo derubamento da ditadura e conquista da liberdade política como etapa necessária para se avançar para a revolução socialista, para o comunismo.





Sob o impulso e influência da grande Revolução Socialista de Outubro e pela aplicação prática e consequente do internacionalismo proletário por parte do Partido Comunista da União Soviética, o movimento operário revolucionário internacional ganhou um novo impulso e largueza sem precedentes. Em vários países de todos os continentes constituíram-se partidos do proletariado, de novo tipo. De então em diante a classe operária de todo o mundo estava mais bem armada para as batalhas pelo pão, pela paz, contra o poder do capital, para novas vitórias de outras revoluções socialistas noutros países.

A Revolução de Outubro e o caminho percorrido neste meio século marcam o triunfo do marxismo-leninismo em todos os domínios.

A construção vitoriosa do socialismo no jovem Estado socialista soviético exerceu enorme e crescente influência positiva em todo o movimento operário internacional e nos países coloniais e dependentes. O que até então tinha sido um belo sonho tornava-se uma realidade ante os olhos dos explorados e oprimidos do mundo inteiro, graças ao trabalho heróico do povo soviético dirigido pelo P.C.U.S..

O movimento nacional libertador dos povos coloniais e dos países dependentes contra o imperialismo tomou desde então um desenvolvimento impetuoso, pondo na ordem do dia o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo. Dezenas de novos países ascenderam à independência, em particular desde o final da segunda guerra mundial.

Como os factos mostram a todo o momento (no Vietnã, Médio Oriente, em Cuba, etc.) a unidade e cooperação fraternais dos países socialistas e do movimento comunista internacional são condição indispensável para defender e consolidar as conquistas alcançadas neste domínio e para se conquistarem novas vitórias.

Todas e quaisquer posições surgidas entre a família dos países socialistas e dos partidos comunistas e operários que tendam a impedir ou prejudicar a colaboração fraternal e a acção comum dos países socialistas e a unidade do movimento comunista mundial resultam em benefício dos imperialistas fomentadores de guerra.

A transformação num curto espaço de tempo da Rússia agrária e atrasada numa grande potência industrial avançada, com uma agricultura colectiva, socialista, altamente mecanizada, o desenvolvimento impetuoso da ciência, da técnica e da cultura como fruto do grande desenvolvimento económico, as grandes conquistas do cosmos—tudo mostrou à evidência a superioridade do regime socialista sobre o capitalista. Sob a direcção do P.C.U.S., o socialismo triunfou completamente na União Soviética e passou-se já à construção da base material e técnica do comunismo.

Os progressos na cultura, ciência e técnica

podem ser avaliados pelos seguintes números: Em 1926 existiam 2.600.000 trabalhadores intelectuais e em 1966 o seu número atingia 26.000.000. De acordo com os êxitos da construção do socialismo operou-se passo a passo na União Soviética uma verdadeira revolução cultural que, neste terreno, colocou o primeiro país socialista na vanguarda de todos os países do mundo.

A Rússia tsarista—primeiro país do mundo em extensão territorial e o terceiro em número de habitantes—ocupava, nas vésperas da Revolução de Outubro, um dos últimos lugares entre os países capitalistas da Europa pelo seu nível de desenvolvimento económico. A sua produção industrial não ia, então, além de 4 por cento. Se se tiver em conta o enorme aumento da produção industrial verificado em todo o mundo no tempo decorrido, fácil será compreender o que significa nos nossos dias o facto de a produção da U.R.S.S. representar, em 1965, uma quinta parte da produção mundial, isto apesar de, durante cerca de 20 anos, ter suportado as guerras impostas pelos imperialistas: guerra civil intervenção estrangeira, grande guerra patriótica contra os invasores fascistas hitlerianos e ter de fazer face à reconstrução do que fora devastado.

A vitória da União Soviética na grande guerra pátria contra o fascismo hitleriano e o militarismo japonês (1941-1945) criou condições favoráveis para o desenvolvimento e triunfo de revoluções socialistas na Europa e na Ásia e das revoluções nacionais libertadoras nos países coloniais e dependentes da Ásia, África e América Latina.

Os sucessos alcançados pelos trabalhadores soviéticos no primeiro ano do plano quinquenal em curso (1966-1970) são uma garantia de que este será cumprido vitoriosamente, o que representará um novo e grande passo na criação da base material e técnica do comunismo.

Nos cinco anos em curso, a União Soviética aumentará a produção industrial em 50% e a produção agro-pecuária em cerca de 25%. Serão construídos 37.000 quilómetros de oleodutos, 63.000 quilómetros de novas estradas, milhares de policlínicas, creches e jardins de infância, casas de repouso, milhares de novas empresas industriais de todo o tipo, tudo ao serviço do homem, tudo para o bem do homem.

Estas brilhantes realidades, vistas e sentidas por centenas de milhões de trabalhadores no mundo capitalista, foram e continuam a ser com mais razão um factor importante para o desenvolvimento da luta pelo socialismo em todos os países capitalistas e, naturalmente, também em Portugal.

As vitórias da União Soviética na construção do socialismo e da base material e técnica do comunismo, a cooperação estreita sempre existente entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Português, a solidariedade activa, pronta e sempre crescente do



P.C.U.S. e do povo soviético ao povo português e ao Partido Comunista Português, têm representado uma ajuda importantíssima para o desenvolvimento da nossa luta contra a ditadura fascista, pela democracia e o socialismo. Por nossa parte tudo faremos para estreitar ainda mais os laços de amizade e solidariedade fraterna entre os nossos partidos e os nossos povos.

Cada vitória económica, científica, técnica e cultural da União Soviética, na competição pacífica com o capitalismo, exerce uma influência positiva na luta do povo português contra a ditadura fascista, pela democracia e pelo nosso Outubro. Está ainda vivo em nós o entusiasmo, contentamento e admiração dos trabalhadores da cidade e do campo, dos homens e mulheres progressistas do nosso país quando chegou a notícia que o primeiro satélite artificial da terra—o Sputnik—tinha gravada na sua fuselagem a bandeira da U.R.S.S.. Entusiasmo idêntico quando surgiu a boa nova de que o primeiro homem a girar no espaço era um homem soviético, um comunista. O mesmo se passou quando foi anunciado ao mundo que a primeira mulher tripulante de uma nave cósmica era uma soviética, que o primeiro homem a sair para o espaço era

um soviético, que foram soviéticos os primeiros satélites artificiais a tocar, a girar em volta e a aterrar na lua, a atingir o planeta Venus. Todas estas vitórias históricas de grande repercussão mundial não eram mera propaganda, eram factos reais, era uma demonstração clara da grande superioridade do regime socialista sobre o regime capitalista em todos os domínios; político económico e cultural; eram um fruto glorioso da grande Revolução Socialista de Outubro, cujo 50º aniversário neste ano de 1967 o Partido Comunista Português, os trabalhadores, os homens e mulheres progressistas de Portugal festejarão de mãos dadas com o Partido Comunista da União Soviética, com os trabalhadores e os povos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Como se salienta na resolução do Comité Central sobre a comemoração do 50º aniversário da Revolução de Outubro, «a melhor comemoração da grande Revolução Socialista de Outubro triunfante graças à combatividade e ao heroísmo do proletariado russo tendo à sua frente o Partido de Lénine, é lutar ainda com mais dedicação, mais ardor, mais confiança, certos de que o nosso Outubro chegará também».

S. V.

## ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS

### *Da luta dos operários da Siderurgia*

A luta da classe operária contra os exploradores capitalistas, pela satisfação das suas reivindicações, pela conquista de melhores condições de vida, é marcada por vitórias e derrotas, por sucessos parciais, por recuos temporários, até ao momento em que a experiência dos trabalhadores, forjada na luta, em que a sua unidade e consciência de classe, em que a sua organização e combatividade os conduzam de novo à luta, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista, e lhes permitam impôr ao patronato a solução das suas reivindicações.

A classe operária aprende na escola da luta; mas aprende analisando os aspectos positivos da sua acção, verificando as deficiências e os erros cometidos, para os não repetir e para dar ao seu corajoso combate contra a exploração capitalista condições de sucesso, de modo a desenvolver uma luta cada vez mais larga, activa e variada que lhe assegure novas vitórias, que lhe abra definitivamente o caminho da conquista do poder, da liquidação do sistema capitalista.

Os operários da Siderurgia Nacional desenvolveram há algum tempo uma importante luta reivindicativa contra os seus exploradores. Essa luta foi marcada inicialmente por posições de coragem, de unidade e de firmeza. Foi marcada por provas de combatividade e de consciência de classe, por uma justa noção dos seus direitos. Mas esta acção reivindicativa não foi assinalada por uma vitória dos trabalhadores e nem sequer por um sucesso parcial. Um recuo inesperado, resultante da acção do patronato e das forças repressivas, resultante de outros factores que nos propomos analisar, deu aos magnates da Siderurgia os frutos de uma vitória que não teriam alcançado, se outra fosse a actuação dos trabalhadores, no decurso da luta.

#### A lição dos factos

A luta dos operários da Siderurgia começou bem. Logo que tiveram conhecimento do novo roubo nos seus salários, tramado pela administração—inclusão do subsídio de turno nos salários e baixa destes—os trabalhadores paralisaram o trabalho e realizaram várias concentrações, primeiro junto dos chefes, agentes técnicos e engenheiros, depois junto do escritório central, ao mesmo tempo que se recusavam a receber os salários com o desconto. Esta recusa

durou vários dias. A combatividade, a firmeza, a organização e unidade com que a luta se iniciou provocaram o pânico em elementos da gerência, um dos quais fugiu, enquanto outro se recusou a receber os operários. Mas ao pavor dos primeiros momentos seguiu-se a acção relectida e combinada dos magnates da Siderurgia. Actuaram em dois planos conjugados: num, chamando as forças da GNR que compareceram imediatamente na empresa para atemorizar



os trabalhadores; noutro plano, utilizando os laços do Instituto Nacional de Trabalho para convencerem, com boas maneiras, o pessoal a aceitar o salário com a redução, prometendo-lhe que o seu pedido seria considerado. Dentro de 4 ou 5 dias obteriam uma resposta.

A presença das forças repressivas não intimidou os trabalhadores, que continuaram lutando. Mas as promessas de solução feitas pelos agentes do patronato e do fascismo, chamados expressamente à Siderurgia para demoverem os trabalhadores, surtiram os seus efeitos. Estes receberam os salários com o desconto, na expectativa de uma solução favorável. Mas nenhuma solução veio. Os trabalhadores compreenderam que tinham sido enganados e decidiram reco-

meçar a luta sob novas formas.

Além dos aspectos assinalados, um facto digno de registo caracterizou a luta inicial dos operários da Siderurgia: a solidariedade dos trabalhadores da Margem Sul do Tejo. Logo que correu rapidamente a notícia das concentrações massivas, da coragem e da unidade dos operários daquela importante empresa, desenvolveu-se um ambiente de simpatia e de apoio nas fábricas do Barreiro, Seixal, Montijo, Almada e Alhos Vedros. O boato de que a GNR estava espancando os operários em luta, provocou uma concentração massiva junto aos muros da Siderurgia, acompanhada de protestos contra as forças de repressão.

### Uma empresa alicerçada no poder dos monopólios e na protecção do Estado fascista

A luta dos trabalhadores da Siderurgia foi dirigida contra um potentado capitalista, que conta com o apoio declarado do governo, através da concessão de múltiplos privilégios: possui o monopólio da produção siderúrgica em Portugal e nas ilhas adjacentes e a protecção do mercado interno, além de outras medidas destinadas a facultar a ampliação da empresa, como a isenção de direitos de importação, de impostos ou taxas de Estado e dos corpos administrativos, isenção de imposto de capitais para o financiamento da empresa na fase de dilatação em que se encontra.

Sentam-se no conselho de administração da Siderurgia e no seu conselho fiscal, alguns dos maiores magnates da finança e da indústria, como António Champellimaud, Carlos Alves, conde de Caria, Tito Arantes, Pinto Basto. Figuram como seus accionistas homens que ocuparam ou ocupam altos cargos no Estado fascista, como o ministro da Educação, Gelvão Teles, como o professor universitário e antigo deputado Mário de Albuquerque. É administrador por parte do governo, o coronel Silvino Silvério Marques recentemente nomeado, e que ainda há bem pouco ocupava o cargo de governador geral de Angola. Capitais alemães da Krupp e de Von Menges fundem-se com os capitais portugueses na exploração desenfreada dos operários da Siderurgia. A estes capitais se juntam agora capitais ingleses, do Banco londrino, Brothors Lazard & Co Ltd., que vai financiar, com dois empréstimos o primeiro de

880 mil contos, o segundo de 3 milhões e 200 mil contos, os planos de ampliação da Siderurgia Nacional. E mais recentemente, capitais franceses, no valor de 2 milhões e 700 mil contos, do Banco de Suez e da Union des Mines.

Não admira, por isso, que António Champellimaud afirme na Assembleia Geral da Siderurgia, a 1 de Abril do corrente ano: «Estamos perante um estado de coisas que exige uma política de concentração industrial, encaráda à escala da Europa, a qual tem de ser iniciada à escala de cada país». Trata-se da concretização de um monopólio internacional da siderurgia, para o qual trabalham os «patriotas» da empresa do Seixal.

O relatório da Siderurgia Nacional assinalou um lucro de 35.694 contos em 1966 e perspectivas aliantes para este potentado da indústria, trazidas pela ampliação da fábrica, que irá produzir, no prazo de três anos, três vezes mais do que a produção actual.

Os lucros obtidos e os progressos registados e a alcançar fundamentam-se sobre a exploração metódica e «científica» de milhares de trabalhadores, através do roubo da mais-valia, do trabalho não pago, através dos ritmos infernais de produção, das horas extraordinárias pagas a singelo, das multas e castigos, de abusos inqualificáveis cometidos pelos potentados da Siderurgia, entre os quais o roubo nos salários, que está na origem da luta desencadeada em fins de Março na empresa, pelos 2.300 trabalhadores.

### Onde faltou a organização, unidade e combatividade escasseiam as condições de vitória

Os capitalistas que dirigem a Siderurgia Nacional não contam somente com as forças repressivas e o poder do Estado para continuarem a explorar os trabalhadores e para tentarem esmagar a sua justa luta. Eles contam com uma

experiência acumulada, em anos de exploração, sobre os diferentes processos de fazer face às acções reivindicativas dos trabalhadores. Utilizam os seus agentes e espíões, utilizam a promessa e a ameaça, utilizam o suborno e os adia-



mentos, utilizam as lamentações sobre as «dificuldades» da empresa, sobre a necessidade de elevar a produção para poderem conceder o aumento requerido, utilizam os dirigentes sindicais traidores e os corruptos representantes do Instituto Nacional de Trabalho. Quando falha a acção «pacífica» e retardadora da luta, entra em jogo o aparelho policial e repressivo.

Na luta da Siderurgia, os trabalhadores deram-se conta das manobras do patronato e dos recursos que utilizaram para os vencer. Reagiram contra as promessas de solução feitas pelos delegados do I.N.T. iniciando a redução dos ritmos de trabalho, fazendo «cera», logo que verificaram que haviam sido enganados. Em várias secções o rendimento da produção desceu sensivelmente. Aos pedidos dos engenheiros para que melhorassem o ritmo de trabalho, os operários respondiam baixando ainda mais a produção. A disposição de luta crescia e tornava-se evidente.

Mas o patronato vigiava e preparava-se para actuar. E na realidade assim fez. Poucos dias antes do prazo marcado para o recebimento dos salários, os potentados da Siderurgia passaram à ofensiva, antes que os operários a tivessem desencadeado. A PIDE, chamada por eles, entrou em acção. Foram presos dez operários, ao mesmo tempo que se desenvolveu uma vaga de ameaças e de intimidações. Os trabalhadores da Siderurgia recuaram em vez de avançarem. No dia marcado para o recebimento dos salários não houve qualquer reacção colectiva. Não houve protestos nem luta. Os planos de intimidação haviam surtido o seu efeito. Os magnates capitalistas tinham exercido um novo acto de violência. Depois de terem roubado os trabalhadores do modo mais descarado, forçavam-nos a reconhecer esse roubo, a legalizá-lo.

Detenhamo-nos na análise da fase final da luta.

Por que foi possível um tal desfecho, numa acção reivindicativa de tamanha projecção?

Em primeiro lugar, porque faltou aos trabalhadores da Siderurgia a organização indispensável para lhes assegurar a vitória, para os dirigir nas várias fases da luta. Sem uma Comissão de Unidade que coordenasse e guiasse os operários das diferentes secções, os mantivessem firmes e dispostos ao combate, a acção reivindicativa encontrava-se desarmada de um instrumento fundamental.

Em segundo lugar, porque a Unidade dos

trabalhadores se descomentou, antes de ter passado à acção decisiva. Essa unidade manifestou-se em toda a sua força na primeira fase da luta, manteve-se no período em que se preparou a fase final, mas mostrou a sua inconsistência e esboçou-se na altura em que se tornava mais necessária.

Em terceiro lugar, porque faltou aos operários da Siderurgia a combatividade, a coragem, o espírito resolutivo de que já tinham dado provas no início do movimento. A manobra de intimidação do patronato, à repressão policial, havia que opôr imediatamente uma luta firme pela libertação dos companheiros presos, acompanhada da apresentação das reivindicações mais instantes e em particular a do pagamento dos salários sem o desconto. Impunha-se passar à ofensiva, mesmo que essa ofensiva impusesse sacrifícios, trouxesse novas prisões. Essa ofensiva devia ser marcada por paralisações nas diversas secções da empresa, seguidas de concentrações junto do escritório central, com a participação do maior número possível de trabalhadores.

Na preparação da luta, antes da ofensiva policial, encarava-se a greve como uma forma de actuação a utilizar. Uma tal forma de luta podia ter sido decisiva e correspondia ao desenrolar da acção se ela não tivesse fraquejado num momento em que se impunha marchar adiante com firmeza, decisão e unidade.

Em quarto lugar, faltou continuidade na luta. Após uma fase inicial de acção corajosa e coordenada, os trabalhadores da Siderurgia deixaram-se ludibriar pelas promessas dos lacaios do I.N.T.. A primeira condição para solucionar a luta em curso seria o pagamento dos salários sem o desconto e não o seu recebimento com o roubo praticado pelo patronato.

Uma vez constatada a manobra dos agentes da Siderurgia, impunha-se levar a cabo novas concentrações junto da administração, alargar a «cera» a todas as secções, realizar paralizações à escala da empresa com maior duração de tempo, até afrancar da administração da empresa a garantia de que pagariam integralmente os salários.

Se os operários da Siderurgia tivessem insistido na luta em vez de renunciarem a esta, teriam forçado os magnates que enriquecem à sua custa a devolver-lhes o novo roubo dos seus salários, ter-lhes-iam infligido uma derrota, teriam ganho a batalha.

## Organizar a acção

### Preparar novas lutas

O insucesso da luta dos operários da Siderurgia tem um carácter transitório. Nesta empresa crescem os motivos de descontentamento. Intensificam-se os ritmos de produção. Introduzem-se os «métodos científicos» de trabalho.

Forçam-se os operários a trabalhar horas extraordinárias, que são pagas a singelo. Castigam-se os trabalhadores que se recusam a fazê-las. O desnível de salários constitui novo motivo de descontentamento. Sobre o roubo dos salários



os potentados da Siderurgia acumulam lucros crescentes, talham grandes planos de expansão, vêem crescer o seu domínio, colaboram na política de guerra do fascismo, são um sustentáculo da actividade belicista das potências ocidentais.

A experiência das últimas lutas arma os trabalhadores para novas acções. Eles não devem repetir os mesmos erros. Devem desenvolver a sua organização. Não devem deixar-se embalar com promessas. Devem reforçar a sua unidade e a sua firmeza. Devem resistir à actividade policial, desencadeando acções de protesto, insistindo na luta pela satisfação das suas reivindicações, incluindo a abolição do roubo recentemente praticado nos seus salários.

A luta dos trabalhadores da Siderurgia seguirá adiante, como a luta de todos os trabalhadores portugueses.

Os comunistas nessa empresa terão de ser os

mais diligentes na tarefa de organizar e orientar as lutas, ajudando a corrigir erros e deficiências, aprendendo com as massas as formas mais eficientes de acção, auscultando-lhes as aspirações, a disposição para o combate, desenvolvendo-lhes a consciência de classe, organizando-as para novas e mais importantes lutas e colocando-se audazmente na vanguarda dessas lutas. A repercussão da vitória dos operários da Siderurgia será grande em toda a Margem Sul e poderá sair do marco dessa empresa para o âmbito da região, do país inteiro. Este é o caminho que leva à transformação das pequenas em grandes lutas, em poderosos movimentos de massas, simultaneamente económicos e políticos, que leva à acção todas as forças democráticas: Este é o caminho que leva ao levantamento nacional à luta definitiva pelo derrubamento do fascismo, pela realização da revolução democrática e nacional.

## COMO NASCEU UM ORGANISMO

**C**remos que o exemplo a seguir ilustra suficientemente como a organização, tomada como tarefa primordial, não exclui a luta; pelo contrário, está a ela intimamente ligada.

A luta é a forja dos quadros—e esta verdade nada tem de incompatível com a primazia das tarefas de organização; antes, constitui o caminho seguro de criar e desenvolver uma organização e quadros capacitados quando se sabe determinar devidamente os tipos de luta ou de acção que mais convêm.

Numa região do País de alta importância industrial e populacional, uma das suas mais numerosas classes profissionais não tinha organização partidária.

Durante um longo período os nossos contactos com a classe—reduziam-se a um militante, o qual mantinha a distribuição da imprensa partidária por 2 ou 3 colegas.

Pertendia-se que este camarada recrutasse mais um ou dois elementos com qualidades bastantes para se formar uma base de trabalho organizado entre a classe. Durante largo tempo insistiu-se nesse sentido.

Porém, em cada novo encontro, o camarada aparecia de mãos vazias quanto aos pretendidos «elementos com qualidades». Aqueles a quem dava imprensa só queriam ler; isso bastava para lhes preencher o seu ardor revolucionário... Falara com os que lhe parecia oferecerem maiores esperanças, mas afinal todos se haviam declarado, embora muito conhecedores do marxismo e muito concordes, não interessados em meter-se nas coisas partidárias.

Ter-se-ia encontrado, enfim, uma classe de proletários, de explorados, onde de todo em todo não penetraria o espírito revolucionário a

sério, organizado, uma classe de proletários refractária ao seu Partido? Ou estar-se-ia teimosamente a bater numa tecla com a corda rentada?

É claro que só admitimos esta última hipótese. Resolvemos por isso mudar de tecla, melhor dizendo, de método para abrir o caminho à organização partidária.

Em vez de pedirmos àquele nosso camarada que procurasse «elementos com qualidades» para formar um organismo de Partido, passámos antes a falar mais das lutas e das actividades da classe.

Que se passava nas empresas?, que problemas e reivindicações haviam?, quem se interessava por eles?, quem reagia?, quem combatia? e, noutro plano, quem se entregava à realização de actividades úteis à classe?

Acabámos por vir à fala com um elemento que se destacava pelas suas iniciativas em defesa dos interesses da classe. E com ele passámos a contactar nessa base, discutindo os problemas da classe e chegando a conclusões sobre os passos a dar para organizar a luta e actividades de interesse para os trabalhadores.

Não tardou o aparecimento de uma comissão de classe, com representação de várias importantes empresas e uma acção entre os trabalhadores de visível projecção, com assinalado papel na condução de uma grande luta, na organização de umas eleições sindicais e ainda de actividades de formação profissional, cultural e recreativa.

Ao cabo de pouco tempo, tínhamos o primeiro novo militante para o Partido. Decorrido que foi outro breve trecho, vinha o segundo militante, tal como o primeiro saído das lutas e actividades desenvolvidas,



Agora, com um comité partidário para a classe criado e varios simpatizantes atrás, alguns na perspectiva de virem a militantes, nós desenvolvíamos paralelamente a organização partidária e a organização de classe profundamente virados para os problemas dos trabalhadores, suas reivindicações e anseios culturais e outros.

O trabalho de classe e a luta, que haviam sido a chave para o impasse da organização partidária, continuámos a desenvolvê-los, agora com a pos-

sibilidade, mercê da organização partidária, de lhe darmos maior alento e mais forte impulso.

Não há receitas absolutas para recrutar militantes ou criar organismos. É o que se passou aqui não tem de se passar em todos os sítios, do mesmo modo. Porém, o caso que apresentámos encerra uma experiência válida que a muitos camaradas ajudará a romper as barreiras que perante eles se levantam obstando à penetração ou alargamento da organização partidária.

## O CARÁCTER ANTI-ASSOCIATIVO E ANTI-ESTUDANTIL DOS SERVIÇOS SOCIAIS

Por decreto ministerial foram há tempos criados os serviços sociais das Universidades de Lisboa e Coimbra (1), apresentados pelo governo como instrumentos fundamentais da sua política de «acção social escolar» na Universidade. A avaliar pelas palavras do Sr. Galvão os estudantes virão a ter em breve resolvidos alguns dos seus problemas mais prementes como sejam os do alojamento, da alimentação, da saúde, dos transportes, do emprego e outros. As declara-

ções governamentais a este respeito multiplicam-se constantemente.

Mas por que faz o governo tanto barulho em torno da criação destes Serviços Sociais apresentando-os como uma dádiva do fascismo a uma juventude cujos problemas e aspirações sempre lhe teriam merecido «o maior apoio e compreensão»? Por que mente o fascismo tão descaradamente? Por que é que a par de tais «dádivas» o governo intensifica a repressão às organizações representativas dos estudantes?

### Os Serviços Sociais são uma conquista estudantil

Em primeiro lugar, o governo procura esconder uma verdade importantíssima—os S.S., enquanto serviços para estudantes, são uma conquista arrancada pela juventude estudantil ao fascismo, à custa de muitas e muitas lutas, de muitos e muitos sacrifícios. O fascismo procura passar uma esponja sobre um passado em que às reivindicações estudantis respondia apenas com a agressão ou a negação pura e simples, em que votava às aspirações estudantis o maior desprezo, em que os estudantes de nenhuma regalia disfrutavam que não fosse fruto

exclusivo do seu trabalho colectivo, da entreajuda estudantil. Lares, cantinas, serviços de saúde, de desporto, de emprego, edição de elementos de estudo e outros serviços, criaram-se e desenvolveram-se não só sem qualquer ajuda governamental mas também contra a sua hostilidade.

O simples facto de o governo se preocupar hoje com os problemas sociais dos estudantes e de ser levado à elaboração daquilo a que chama de «política de acção social escolar», é só por si uma vitória de extraordinário significado.

### Uma conquista estudantil que o governo quer virar contra os estudantes

Mas um governo fascista não se conforma facilmente. Obrigado a reconhecer a existência de problemas e a abordá-los, o menos que dele se pode esperar é toda a espécie de manobras para iludir a sua resolução. No caso dos S.S. o governo vai mais longe e trabalha activamente para virar esta conquista contra os próprios estudantes. É esse já o sentido da sua descarada propaganda. É isso que indica a intensificação da repressão contra as AA. EE..

Criar serviços sociais para estudantes totalmente à margem das AA. EE., sem consulta prévia e sem gestão democrática por parte dos interessados, é já perigoso; mas criar serviços para estudantes e simultaneamente prever a retirada des-

ses serviços às AA. EE. (como o decreto 44.632 prevê) é claramente revelador sob o carácter anti-estudantil de tal política. Depois, condicionar a utilização desses serviços aos estudantes que tenham «bom comportamento académico» é, em primeiro lugar fazer discriminação descarada e, depois, desencorajar o trabalho dos estudantes nas AA. EE. e o acatamento das suas palavras de ordem, dado o conteúdo que para o governo reveste este «comportamento». (2)

Todo o conjunto de medidas que, dando embora satisfação a algumas aspirações particulares dos estudantes, negam as suas organizações representativas, não pode beneficiar os estudantes.





## Influência da situação política na criação dos Serviços Sociais

O fascismo propagandeia aos quatro ventos os seus gastos com a «acção social escolar» e outras actividades circum-escolares. É realmente verdade que tais gastos têm aumentado substancialmente nos últimos anos, precisamente no momento em que o fascismo contrai ao máximo aquilo a que chama de «gastos improdutivos» não hesitando em sacrificar o progresso e o bem estar do povo português às criminosas guerras coloniais. Aquilo que o governo não fez quando não eram tão visíveis as suas dificuldades orçamentais, fá-lo hoje. Porquê?

Porque o fascismo necessita de ganhar para

### Os Serviços Sociais

O governo aprendeu a lição. Reprimir as AA. EE. pura e simplesmente, sem nada «dar» em troca aos estudantes, é uma atitude que pertence já ao passado. A luta do 40.900, a «crise académica» de 1962, as lutas de 63/64 e 64/65 mostraram ao governo que o movimento estudantil possui potencialidade, energias poderosas que tornam inoperantes as suas medidas draconianas. Após cada golpe desferido sobre o movimento estudantil, ele surge pouco depois mais massivo e poderoso enquanto que o governo vê diminuída a sua já fraca influência entre os estudantes. Se tempo houve em que para «meter os estudantes na ordem» bastava reprimir as AA. EE. e perseguir todos os estudantes progressivos, esse tempo passou. (4) E hoje, quando as posições se repartem decisivamente entre os que apoiam o fascismo e os que o combatem, já não basta ao governo agredir as AA. EE. e encarcerar os estudantes patriotas:

As AA. EE. ganharam posições que o governo não pode ignorar. Pelo seu prestígio e influência, pela atracção que exercem sobre largas camadas de estudantes os princípios por que se regem, pela tenacidade com que defendem os interesses estudantis e da Universidade, pelo volume de serviços e regalias que distribuem, reprimi-las é reprimir os estudantes, cercear o seu desenvolvimento é impedir os estudantes

si a juventude estudantil e não pode ganhá-la reprimindo-a ou ignorando-a simplesmente. As lutas travadas nos últimos anos, a oposição estudantil à guerra colonial, o desprestígio das organizações estatais como a M.P. (3), mostraram de forma indiscutível que entre o fascismo e o movimento popular, os estudantes escolheram o movimento popular de oposição à tirania fascista. Mostraram também que as organizações democráticas e representativas de estudantes, as AA. EE., são na Universidade, o obstáculo fundamental à captação da juventude estudantil pelo fascismo.

### contra as A.A. E.E.

de verem concretizadas algumas das suas mais caras aspirações.

É por isso que, apesar das despesas com as guerras coloniais, o governo é forçado a gastar mais dinheiro com os estudantes. Não abdicando da repressão directa do movimento associativo, perseguindo e intensificando a sua política de provocação e de ingerência desearada na vida interna das AA. EE., o governo vai entretanto dando satisfação a alguns dos problemas mais sentidos pelos estudantes, seja embora de forma incompleta e demagógica. (5) A criação dos S.S. vai nesta perspectiva. A luta governamental sobre a influência das AA. EE. entra assim no campo da prestação de serviços, até aqui quase exclusivamente nas suas mãos. O governo tem esperança de que «dando» ele mesmo algo aos estudantes, cada golpe desferido sobre as AA. EE. seja cada vez menos sentido pelos estudantes como um golpe nos seus interesses. O governo tem esperança de que esta sua política separe grande número de estudantes das suas AA. EE.. Depois... depois tudo fará para os forçar a aderir às suas posições políticas.

Com os S.S. o governo não pretende resolver os problemas dos estudantes mas, e essencialmente, minar a base de massas das AA. EE..

### Serviços Sociais e «pluralismo uma doutrinação fascizante

### associativo». Trampolim para da juventude estudantil

Mas o governo não tem apenas em vista reduzir a influência das AA. EE. entre os estudantes, ele tem sobretudo em vista conquistá-los para as suas posições. (6) Esta é uma necessidade objectiva do governo fascista, colocada em primeiro lugar pela sua criminoso política colonial e os S.S. constituem um trampolim nesta direcção.

O «pluralismo associativo» definido pela primeira vez no 44.632 tem como um dos objectivos principais o enfraquecimento das AA. EE. (anulação da sua representatividade legal ao ní-

vel de Escola, divisão do movimento associativo por vários centros, etc.) e abre o caminho ao trabalho de grupos fascistas entre os estudantes. Dois aspectos de uma mesma política estão pois em jogo: enfraquecimento das AA. EE. e doutrinação fascizante. Contudo, também aqui o governo aprendeu já. A experiência mostrou como a FEN, a Acção Académica ou o grupo activista «Estudantes Universitários» são mais um veículo de desprestígio das posições fascistas, do que da captação dos estudantes; o governo sente a necessidade de assentar a sua «luta ideo-



lógica» em bases bastante mais sólidas e disfarçadas. (7) Quando no decreto sobre «Habituações para Estudantes» pisa e repisa que as «residências universitárias» devem tornar-se os baluartes de uma «autêntica cultura universitária», ele tem em mente uma nova concepção de «pluralismo». Ele pretende que cada lar, cada «residência universitária» se transforme numa «associação de estudantes» realizando um trabalho de carácter cultural e de convívio que, como no caso do «Colégio universitário» «PIO XII» e da «Residência Fernando Galvão Teles» (veja-se a sua recente «burricada») ultrapassa largamente o âmbito normal das residências e mobiliza o maior número possível de estudantes. (8)

E o que pretende o governo, ao modificar os

Estatutos das AA. EE. retirando-lhes a cláusula da neutralidade política e religiosa? Pretende como se viu já em Coimbra, «legalizar» a actividade política das Comissões Administrativas que aqui ou além venha a impôr e, em determinadas condições, forçar as AA. EE. a tomadas de posição política (pró-governamental, claro) que não conseguiu no passado.

A criação dos S.S. obedeceu pois a planos bem definidos. O governo dando com uma mão procura retirar com a outra. Dando alguns serviços, em si vantajosos para os estudantes, tem em vista enfraquecer as AA. EE. e, sobretudo, criar condições para uma mais intensa e eficaz doutrinação fascizante da juventude. O governo parece ter planos de largo alcance.

### Alguns aspectos doutrinaários da política governamental em relação à Universidade

O governo deixou de encarar superficialmente os problemas postos pelos estudantes. A tal política de repressão e alheamento num período em que os estudantes tinham efectivamente a iniciativa nas relações governo-movimento estudantil, cedeu o lugar a uma política de antecipação governamental, devidamente planificada e mascarada de certa roupagem doutrinária. Em muitos planos o governo passou a estar numa permanente ofensiva. (9)

Basta ver como o governo se lançou, logo durante a «crise académica» a uma elaboração legislativa que desse cobertura legal a toda a repressão subsequente. Basta ver a preocupação do governo em nomear para cargos de Director e Reitor, professores que não tivessem a hostilidade estudantil e não estivessem directamente comprometidos na política repressiva do fascismo, mas que garantissem, entretanto, a aplicação da sua política. (10) Basta ver a criação do sub-secretariado da Juventude e Desportos tendo à frente o engenheiro Pinto Serrão, com larga experiência no Centro Universitário do Porto, este por sua vez hoje invocado como modelo para a criação dos S.S. (11).

### Os Serviços Sociais como aplicação prática de doutrina governamental em relação à Universidade

Mas esta roupagem doutrinária só por si aparece como pura demagogia que não resiste à mais superficial das análises. Para a socorrer o governo deforma a realidade. Separa estudantes e AA. EE., contrapõe dirigentes a AA. EE. e a estudantes, coloca no mesmo pé de igualdade as AA. EE. e outras organizações «circum-escolares» define (não definindo afinal) os «verdadeiros interesses» da Universidade e dos estudantes, apresenta os dirigentes associativos como «traíndo a confiança neles depositada», imputa às AA. EE. posições que estas nunca defenderam nem por palavras nem por actos. Tal é o caso

A política de «acção social escolar» e a nomeação de certas autoridades, é ditada em primeiro lugar, é certo, pela luta estudantil e pelo descontentamento entre grande parte do corpo docente quanto ao extremismo anti-associativo do governo. Mas o governo não abdicou da sua política repressiva e fascizante, apenas lhe tornou a forma menos «chocante» (12).

E em que consiste a roupagem doutrinária de que o governo se serve?

Em particular no seguinte:

—Quanto à Autonomia da Universidade o governo deixou de fazer silêncio sobre ela ou de a negar no plano teórico de forma brutal. Agora defende essa mesma autonomia mas, claro, «dentro dos limites em que deve afirmar-se».

—Quanto às relações PROFESSORES-ALUNOS o governo defende de forma acérrima o «corporativismo universitário» contrapondo-o a um suposto «sindicalismo estudantil» que oporia estudantes e professores.

—Quanto às AA. EE. o governo jamais delas fala senão para as reprimir, colocá-las no mesmo plano de outras organizações estudantis e peucedo-estudantis, deixa de as negar brutalmente, explicando mesmo que a criação dos S.S. (oh! jesuitismo!) se faz «sem prejuízo das organizações já existentes». (13)

dó «sindicalismo» que oporia estudantes a professores e que as AA. EE. defenderiam.

Ciente da mediocridade dos seus argumentos, o governo foge ostensivamente a todo o diálogo com as AA. EE., a toda a discussão, a todo o debate de princípios. Fã-lo para se não desmascarar e para manter intacto o seu campo de manobra, ou seja o da arbitrariedade pura e simples.

Ciente da sua demagogia doutrinária o governo não pode ficar-se pelas palavras e vê-se obrigado a confirmar por algumas acções, por mais demagógicas que sejam, a pureza das suas





intensões. Negar o Dia do Estudante já não basta e lança o «Dia da Universidade». Negar a actividade associativa já não basta e lança os S.S.. E o que aqui é importante é ver como apresenta estas suas iniciativas como decorrentes da sua doutrina. «Dia da Universidade», dia de professores e estudantes. S.S., serviços administrados por professores e estudantes e integrados com «estatuto próprio» na Universidade. O «corporativismo» governamental sai mais justificado e é «autonomia universitária dentro dos limites em que deve afirmar-se» igualmente.

Ao governo importa que os estudantes não sejam ouvidos e não tenham representação democrática nos órgãos que asseguram em seu nome as realizações e os serviços, que as «autoridades académicas» sejam de nomeação, que se

mantenha a revogação da representação estudantil nos Senados e Conselhos Escolares, que seja integral, em suma, a sua tutela sobre a Universidade, e seja de fácil demonstração o carácter demagógico da sua doutrina. O governo perdeu de há muito a vergonha e, o que lhe importa é que tudo apareça menos brutal desde que isso assegure os objectivos que se propôs atingir. (14)

Afinal os S.S. são uma forma hábil, bem-vinda por boa parte do corpo docente para tranquilizar a sua consciência e justificar o seu alheamento dos problemas universitários e capaz de enganar alguns estudantes quanto às intenções governamentais, desviando a sua atenção do principal—a repressão das AA. EE..

### Conclusão

Na política do governo em face das AA. EE., apareceu pois um elemento novo ou, pelo menos, um elemento veio ao primeiro plano—a repressão indirecta, cuja (15) manifestação cerebral são os S.S..

A repressão directa prossegue, é mesmo cada vez mais violenta e tem ela mesma três objectivos: um, é o enfraquecimento da própria actividade associativa; outro, tipicamente provocatório, visa, forçando as AA. EE. à resposta imediata à repressão, apresentá-las aos estudantes como «focos de agitação» que nada teriam a ver com os seus interesses; o terceiro, é impedir as AA. EE. de se debruçar sobre os aspectos novos da política governamental para as colocar perante uma situação de facto consumado contra o qual será bem mais difícil lutar. (16) O governo sonha criar as condições para dar uma machadada de morte às AA. EE., como recentemente a deu à Casa dos Estudantes do Império, (17) sem que tal tentativa se volte contra ele mesmo, como até aqui tem sucedido. Repressão directa e indirecta servem-se mutuamente. Entretanto, é como se dissesse aos estudantes:

«As AA. EE. não vos servem. Vêde como os

dirigentes se afastam dos vossos interesses. Vêde como se lançam na «agitação». Vêde, portanto, o que faço por vós. Se mais não faço, é por causa das próprias AA. EE.. Sujeitai-vos e tereis tudo.» (18)

Mas é evidente que sem as AA. EE., sem a sua luta decidida e organizada, os estudantes não terão nada; a partir do momento em que o governo lograsse enfraquecer decisivamente o movimento estudantil, limitar profundamente o seu poder mobilizador e cultural, enfraquecer o espírito reivindicativo dos estudantes, ele não avançaria nem mais um passo na sua «política de acção social escolar». Só a luta estudantil e o poder das suas organizações democráticas e representativas tornou possível esta vitória que os S.S. representam, só ela permitirá o seu desenvolvimento ulterior que, aliás, terá de passar pela luta pela gestão desses serviços por parte dos estudantes ou pela cogestão (de estudantes e professores). (19)

Os S.S. sendo uma conquista estudantil, estão a ser utilizados pelo governo como instrumento anti-estudantil e anti-associativo e visam criar condições para uma mais intensa doutrinação fascizante da juventude estudantil. (20)

## A DEFESA DO PARTIDO

Há muito insistimos na necessidade duma disciplina de ferro no trabalho conspirativo. Em muitos casos não temos sabido aplicá-la e fazê-la observar. Os funcionários do Partido têm, a este respeito, obrigações especiais. Não só lhes estão confiados os pontos mais responsáveis e mais delicados da organização partidária, como lhes cabe dirigir a educação e a defesa das organizações do Partido. Funcionários do Partido que não cumpram o estabelecido em matéria de defesa não têm condições para cumprir a sua tarefa. Por mais activos, dedicados,

corajosos, dinâmicos que sejam, a sua indisciplina em matéria de defesa acaba por acarretar para o Partido prejuízos muito superiores aos benefícios do seu trabalho. Daqui se devem tirar as conclusões necessárias. Criar no corpo de funcionários uma disciplina de ferro no trabalho conspirativo é uma condição essencial para assegurar a defesa de todo o Partido.

(Do Relatório Político ao VI Congresso do Partido Comunista Português, apresentado pelo camarada ÁLVARO CUNHAL)